

A influência da estimativa de safra no mercado

Números que não refletem a realidade colocam em risco a remuneração do produtor.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em trabalho realizado em parceria com a Secretaria da Agricultura de São Paulo publicou, no dia 21/1/2011, os números finais da safra 2009/10 (colhida a partir de julho de 2010) e a primeira estimativa da safra 2010/11 (que será colhida a partir de julho 2011).

A metodologia de levantamento das informações foi modificada: em lugar do método subjetivo até então utilizado, este levantamento baseou-se em desenho de amostra probabilística estratificada das unidades de produção agropecuária, tendo por referência o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária 2007/

08 (Projeto LUPA). "São inegáveis os avanços obtidos com a parceria entre as instituições do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, porém o trabalho ainda apresenta alguns problemas, que atribuímos à falta de colaboração e inclusive de boicote da indústria, que reluta em tratar de forma transparente as informações fundamentais da nossa cadeia produtiva", diz o presidente da Associtrus, Flávio Viegas. (Pág. 3)



China preocupa americanos

A comissão de citros da Flórida, órgão do governo estadual que define políticas para o segmento, encomendou uma investigação à Universidade da Flórida sobre o projeto desenvolvido pela China para se tornar uma potência na produção de laranja e outras frutas cítricas. O professor Zhifeng Gao, que lidera o projeto na Universidade da Flórida observou em entrevista ao jornal Valor Econômico que "no longo prazo, o projeto chinês pode afetar o mercado mundial de citros e também o Brasil. A meta é cultivar 2 milhões de hectares de citros até 2015, uma área dez vezes maior que a da Flórida, e produzir 30 milhões de toneladas".

Apesar de ambicioso, para o presidente da Associtrus, Flávio Viegas, o projeto chinês não ameaça a competitividade alcançada pelo Brasil. "Não podemos menosprezar os projetos da China. Mas os problemas fitossanitários, a limitação de terras e a falta de água são questões que os impedirão de se tornarem grandes competidores internacionais. Além disso, apesar das projeções de crescimento da produção chinesa de laranja, eles também têm um mercado interno consumidor crescente".

O que mais coloca em risco a

competitividade brasileira são as relações estabelecidas na cadeia citrícola. "O que ameaça a citricultura brasileira é a relação de desigualdade na cadeia como um todo. Os produtores brasileiros precisam receber uma remuneração justa que possam se empenhar em reduzir o custo de produção. Mas, infelizmente, isto depende exclusivamente da indústria, que domina o mercado. A relação entre produtores e processadoras ainda está muito difícil por conta da verticalização do setor. 47% da produção brasileira está nas mãos das indústrias. Como os pequenos e médios não recebem o suficiente para cobrir sequer os custos de produção, a produtividade vem caindo. O caminho traçado pelas indústrias não tem sido o mais saudável para a citricultura brasileira", lamenta Viegas.

A China - A China tem quatro grandes áreas produtoras de citros, e o suco de laranja é o ponto forte em apenas uma delas. No suco de laranja, a produção aumentou 900% de 2002 a 2007, mas a China responde por apenas 0,7% da produção mundial do produto, conforme os dados coletados por Gao.

(Informações do Jornal Valor Econômico)



O entrevistado desta edição é o professor Titular de Microeconomia do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, Fernando Homem de Mello. Ele fala dos desafios da agropecuária e do agronegócio para a década que se inicia.

Um balanço da citricultura.



Por
Flávio Viegas

de que o Consecitrus, depois de quase uma década, seria finalmente criado, porém o que vimos até agora foi uma grande jogada de marketing das esmagadoras, para convencer as autoridades e a mídia de que o conflito entre citricultores e indústria seria solucionado. O que vimos na realidade foi um trabalho visando a isolar a Associtrus e, como foi feito no Fundecitrus, criar uma entidade em que os citricultores fossem representados por produtores "amigos da indústria" e que pensassem como eles, como me foi dito por um importante executivo da indústria ao explicar por que a Associtrus não poderia retornar ao conselho da entidade de que ela é co-fundadora.

O objetivo da indústria, como já dissemos anteriormente, é consolidar a situação atual, em que ela fixa unilateralmente os preços da laranja e utilizar o Consecitrus para dar a impressão de que os preços passa-

ram a ser definidos pelo mercado, sendo o "mercado" os relatórios de vendas, por elas apresentados e "auditados". Os citricultores que têm contrato de participação conhecem bem o sistema.

Havia a esperança de que depois de onze anos da nova denúncia de cartel e de cinco anos da Operação Fanta, as investigações na SDE fossem encerradas e enviadas ao Cade, como fomos informados pelo representante da SDE em reunião com o Ministro da Justiça. Nessa reunião foi solicitado o restabelecimento, no Cade, do quorum necessário para julgar o processo sobre o cartel do suco. O que tememos é que, apesar de a indústria não ter cumprido o TCC assinado em 1994 e ter desafiado as autoridades assinando o contrato de cartel em 1995, ela consiga assinar um novo TCC assegurando a sua impunidade.

A assimetria das informações, somada à cartelização do setor e sua verticalização assegura à indústria uma enorme vantagem competitiva, que aparentemente começaria a ser reduzida com a realização das estimativas de safra, em conjunto, pelo Ministério da Agricultura e pela Secretaria da Agricultura. Essas estimativas, prometidas desde 2003, só foram realizadas em 2010, retardadas por manobras "subterrâneas" da indústria, que impede o acesso dos técnicos às informações de seus pomares e dos de

grandes produtores e não permitem o acesso às informações do Fundecitrus.

Criou-se uma grande expectativa com relação aos dados que o Markestrat, em trabalho coordenado pelo Dr. Fava Neves, divulgaria num grande evento organizado pelo jornal Valor Econômico. Embora o trabalho tenha trazido algumas informações novas, nota-se claramente o intuito de justificar as ações da indústria, "informar" que foram "apenas" 14.185 os citricultores já expulsos do setor por "incompetência", esquecendo-se que desde 1990 as indústrias, cartelizadas, vêm-se apropriando indevidamente da renda do produtor, provocando um enorme prejuízo econômico, financeiro e moral.

Mesmo os preços da caixa de laranja que atingiram o patamar de R\$16,00, segundo o estudo não deverão permanecer nesse patamar, que embora alto em relação aos preços pagos anteriormente, corresponde apenas ao custo de produção de um pomar com produtividade de 1000 caixas por ha, sendo que a produtividade média do estado de São Paulo é de cerca de 600 caixas por ha. O estudo sinaliza que a indústria pretende manter o suco de laranja concentrado congelado numa faixa compreendida entre US\$1500 e US\$2000/t em Rotterdam, o que colocaria o preço da caixa de laranja numa faixa entre R\$ 6,00 e R\$ 10,00, abaixo, portanto, do custo de produção.

Não deixe de participar! Associe-se

Solicite sua ficha de cadastro de sócio na sede da Associtrus, na rua Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - ou pelo site www.associtrus.com.br

A contribuição quadrimestral é obtida multiplicando-se a estimativa de caixas a serem colhidas por US\$ 0,01 (um centavo de dólar). O valor resultante pode ser pago em três parcelas.

IMPORTANTE!

Identifique e confirme a sua contribuição.

EXPEDIENTE

Publicação bimestral da Associtrus

(Associação Brasileira de Citricultores)

Conselho Editorial: Diretoria

Produção, edição e fotos: Iha Comunicação

Tiragem: 6.500 exemplares

Divisão de jornalismo: Eduardo Iha e Carolina Iha

Diagramação: Juliana Iha

Associtrus - Associação Brasileira de Citricultores

Rua Cel. Conrado Caldeira, 391, Centro, CEP: 14.701-000 - Bebedouro - SP

Fone: (17) 3343-5180 Cel: (17) 9171-5480 - E-mail: associtrus@associtrus.com.br

Home Page: www.associtrus.com.br

DIRETORIA

Flávio Pinto Viegas, Douglas Eric Kowarick,
Carlos Alberto Boteon e Charles Teixeira.

Para anunciar ligue (17) 3343-5180

Venda Permanente de Mudaz de Ótima Qualidade

Mahe

Contato:
(17) 3342-5111
(17) 8129-4376
Nelson ou Fernanda
neomahie@mdbrasil.com.br
ottomahie@mdbrasil.com.br

SEJA QUAL FOR O SEGURO, NÓS TEMOS O MELHOR NEGÓCIO.

SEGUROS CREDITRUS

NOSSA CONTRATAÇÃO COM A SKOOB CREDITRUS
é a melhor opção para garantir a segurança do seu negócio.

Mahe, Perla Seguros e Sul América.

SKOOB CREDITRUS

Estimativa gera incertezas no mercado

“São inegáveis os avanços obtidos com a parceria entre as instituições do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, porém o trabalho ainda apresenta alguns problemas, que atribuímos à falta de colaboração da indústria”.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em trabalho realizado em parceria com a Secretaria da Agricultura de São Paulo, publicou, no dia 21/1/2011, os números finais da safra 2009/10 (colhida a partir de julho de 2010) e a primeira estimativa da safra 2010/11 (que será colhida a partir de julho 2011). O trabalho é o resultado de uma longa tratativa iniciada em outubro de 2003, quando o Ministro Roberto Rodrigues incluiu a laranja no programa Geosafra, mas devido a dificuldades técnicas, burocráticas, jurídicas e políticas o projeto só foi viabilizado em 2010.

A metodologia de levantamento das informações foi modificada: em lugar do método subjetivo até então utilizado, este levantamento baseou-se em desenho de amostra probabilística estratificada das unidades de produção agropecuária, tendo por referência o Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária 2007/08 (Projeto LUPA). A estratificação seguiu o critério de segmentação, segundo a dimensão do parque laranjeiro, medido em hectares (ha). A população alvo foi repartida em segmentos de tamanho de 6 hectares e ordenada na forma decrescente. Nos estratos superiores a 300 ha foi realizado o censo, onde se concentram produtores com pomares acima de 100 mil pés de laranja e nos demais estratos houve sorteio aleatório. “São inegáveis os avanços obtidos com a parceria entre as instituições do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, entre os quais devemos destacar, além da metodologia, a maior visibilidade dada ao trabalho, o caráter de informação nacional, o comprometimento de publicar revisões trimestrais da estimativa, entre outros. Porém o trabalho ainda apresenta alguns problemas, que atribuímos à falta de colaboração e inclusive de boicote da indústria, que reluta em tratar de forma

transparente as informações fundamentais da nossa cadeia produtiva. Temos notícia de que apenas uma das quatro empresas processadoras de citros forneceu as informações solicitadas de todos os seus pomares e outra forneceu as informações de apenas alguns dos seus pomares. Alguns dos grandes citricultores também se negaram a colaborar. Como consequência, as estimativas apresentam um Coeficiente de Variação (CV) muito alto, como se vê no quadro apresentado no documento publicado no site do IEA- Instituto de Economia Agrícola <http://www.iea.sp.gov.br/out/laranja.pdf>”, diz o presidente da Associtrus, Flávio Viegas chamando a atenção “como se pode ver, na estimativa da safra passada, cuja média foi calculada em 322 milhões de caixas, o CV de 13,5% coloca a safra em um intervalo que vai de um mínimo de 279 milhões de caixas até um máximo de 366 milhões de caixas o que é inaceitável, pois provoca uma enorme incerteza no mercado”.

Outros fatores que interferem na interpretação dos dados são: a utilização de critérios diferentes dos utilizados nos EUA, que têm uma maior tradição na estimativa de safra de laranja, a inclusão de pomares não comerciais no parque citrícola, a inclusão das perdas na produção e o uso de uma designação diferente da utilizada atualmente para as safras, como indicamos acima.

Como exemplo das distorções e de seu impacto no mercado, podemos citar o relatório sobre a citricultura no Brasil, publicado pelo USDA em dezembro de 2010, que informa para a safra passada uma produção de 273 milhões de caixas, próxima do limite inferior da estimativa. Para a próxima safra o numero publicado é de 315 milhões de caixas, contra a previsão de 353 milhões

de caixas publicadas no relatório, o que pode causar um impacto muito grande nos preços, afetando principalmente o citricultor. “As indústrias, através da manipulação dos dados, aumentam seu poder de mercado sobre os citricultores, o que nos leva a cobrar das nossas autoridades estaduais e federais a exigência de total acesso às informações dos grandes citricultores e principalmente das indústrias. Sabemos que as indústrias que atuam na Flórida são obrigadas a tratar com total transparência, não só os dados relativos à estimativa de safra, mas todos os dados de produção, estoques, preços, entre outros e que são publicados semanalmente na internet”, finaliza Viegas.

O desafio é crescer com sustentabilidade

O entrevistado da 34ª edição do Informativo Associtrus é o professor Fernando Homem de Mello que é, desde 1984, Professor Titular de Microeconomia do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo, onde tem lecionado as disciplinas de Introdução à Economia, Economia Internacional e, principalmente, Economia Agrícola, esta nos níveis de graduação e pós-graduação. Homem de Mello é, também, pesquisador da FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, instituição de apoio ao mesmo Departamento de Economia, da qual foi Diretor-Presidente entre 1985 e 1989. É Mestre e Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Carolina do Norte (1973), e professor da USP desde 1975. Ao Informativo Associtrus, o professor faz um balanço do agronegócio e da agropecuária brasileira definindo seus principais desafios para a próxima década.

Associtrus – Quais os maiores desafios para o agronegócio e para a agropecuária na próxima década?

Dr. Fernando – Agropecuária e agronegócios estão intimamente interligados. O grande desafio é garantir o crescimento com sustentabilidade. Paralelamente, é a geração de renda e de emprego, na agropecuária e no agronegócio como um todo. No ano passado houve uma ligeira redução dos postos de trabalho na agropecuária, mas o agronegócio continua como um grande gerador de empregos. Do ponto de vista da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente, o desafio é a ocupação produtiva dos cerrados brasileiros. Temos dezenas de milhões de hectares não cultivados e vamos ter demanda interna e externa para ocupar estas áreas. Será uma grande realização, como nação, a ocupação produtiva do cerrado brasileiro. Associtrus - Porque a agropecuária não ocupa um espaço político compatível com a sua importância econômica no Brasil?

Dr. Fernando - Há um certo viés do setor urbano da economia brasileira contra a agropecuária e o agronegócio. Antigamente a agropecuária era só café e açúcar, mas hoje não é mais assim. O café é hoje, talvez, o 8º produto das exportações brasileiras. Muita coisa mudou e o setor urbano ainda está muito enviesado contra a agropecuária. Se desconsiderarmos o setor fora da porteira, que é o agronegócio (a agroindústria), percebemos que ele ainda tem pouca importância no PIB, de 6% a 7%. Ouvimos freqüentemente falar da bancada ruralista, termo que, na minha opinião, soa como um viés antiagropecuária e antiagronegócio. O agronegócio é muito mais importante já que da industrialização à comercialização nos supermercados este setor gera muito emprego e renda que, infelizmente, não é considerado, ou seja, é parte do viés antiagropecuária do Brasil.

Associtrus - Como você vê a crescente concentração e verticalização nas cadeias produtivas do agronegócio?

Dr. Fernando – Precisamos considerar dois pontos: 1 – a concentração é uma tendência inevitável em função da crescente participação do Brasil na economia internacional do agronegócio. Depois do governo de Fernando Collor o Brasil se abriu para o mercado internacional e depois da reforma cambial do governo Fernando Henrique, com o câmbio flutuante em 1999, a economia brasileira ficou intimamente ligada ao mercado internacional, ou seja, a competição aumentou e a concentração surgiu em função disto nos diversos setores do agronegócio como na citricultura, no setor de carnes, entre outros. O lado positivo é que a adaptação destes diversos setores do agronegócio faz o país ganhar e manter a competitividade. A concentração nos permite enfrentar uma taxa cambial muito desfavorável - abaixo de R\$ 1,70 – traz economia de escala, menores custos e nos man-

tém no mercado.

2- Tenho muitas preocupações com a concentração. Veja: a agropecuária é caracterizada por empregar milhares de produtores e o maior produtor de soja do Brasil, por exemplo, não tem nenhum poder sobre os preços internacionais que balizam o valor do seu produto. Os compradores estão concentrados - na citricultura há os 4Cs e nas carnes o episódio Perdigão/Sadia – e o Cade precisa estar atento à isto para garantir a livre concorrência.

A concentração dos compradores gera um mercado comprador do tipo oligopsonia que é preocupante, porque são poucos grandes compradores de milhares e milhares de produtores ou seja, o poder de fixar preços está nas mãos de poucos. Hoje, numa economia mais aberta, os preços também são fixados por poucos compradores do mercado internacional que, algumas vezes, são os mesmos do mercado nacional, por isso o Mapa deveria ter um setor para fazer o acompanhamento de preços recebidos pelos produtores dos diversos setores, principalmente, dos que estão mais concentrados. O governo precisa saber se os preços recebidos pelos produtores estão compatíveis com os preços internacionais e a taxa de câmbio. Se os valores não estiverem compatíveis, é um sinal de exploração econômica e o Cade deveria ser acionado. As vantagens da concentração (economia de escala, competitividade internacional etc.) não podem implicar em prejuízos aos produtores.

Associtrus - Qual o papel a ser desempenhado pelo agronegócio brasileiro como produtor e exportador de produtos agropecuários?

Dr. Fernando – O crescimento das classes C e D representa um incremento grande na demanda de produtos alimentares como carnes, leites, frutas etc. no mercado interno. Em 2010, a massa salarial cresceu qua-

Tudo que seu pomar precisa em um só produto.

NYON
Solo Citrus

FERTEC
FERTILIZANTE ESPECIALIZADO EM CITRICULTURA

1414(22) 8801 0227 - www.ferotec.com.br

gruta
AGROPECUÁRIA

www.grutaagropecuaria.com.br
fsjgruta@uol.com.br

Fones: (19) 3451-0904 / 3441-9786
Fax: (19) 3495-2547

Para o professor Fernando Homem de Mello, a ocupação produtiva do cerrado brasileiro será uma das grandes realizações do Brasil, como nação.

se 8% em valores reais, no Brasil. A demanda externa também está mudando, em função do efeito China e/ou BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) e o Brasil tem muito a ganhar, porque temos condições reais de crescer em produtividade, através da Embrapa e do setor privado com investimentos em biotecnologia, e temos áreas disponíveis, como os cerrados. Alguns radicais do meio ambiente são contra a ocupação dos cerrados mas, vamos ter que superar isto e chegar a um entendimento através da votação do Novo Código Florestal. Vamos ter que crescer em produtividade agrícola com respeito ao meio ambiente, porque a mudança

no cenário internacional é muito nítida e o setor agropecuário brasileiro não tem a mesma competitividade que o setor do agronegócio. Temos a oportunidade de nos tornarmos um dos grandes exportadores de produtos agropecuários e do agronegócio.

Associtrus - Como garantir ao produtor renda compatível com os investimentos, custos e riscos assumidos na agropecuária?

Dr. Fernando – Infelizmente, acho impossível garantir, na totalidade, renda na agricultura, porque é um setor, no mundo todo, que opera na incerteza. O produtor, quando está plantado, não sabe por qual valor conseguirá vender o seu produto, por isso é importante que o agricultor aprenda a trabalhar com mercado futuro. Mas, ainda estamos encatinhando neste aspecto.

Para alguns produtos, as operações no mercado futuro já são possíveis, ou seja, o produtor pode comercializar uma parte da sua colheita prevista na Bolsa Mercantil e Futuros em SP e travar preços, o que elimina um pouco das incertezas. O citricultor, por exemplo, já tem esta opção.

Outra medida, seria um seguro contra variações climáticas e, para isto, entra o governo já que as empresas privadas pouco se interessam por conta dos altos riscos.

O produtor também precisa ser mais prudente no sentido financeiro. Este ano está extremamente favorável para o crescimento da renda agrícola, então é hora de poupar uma parte do excedente de ganhos para os anos ruins.

Mercado futuro, seguro agrícola e prudência financeira são elementos que dão aos produtores condições de enfrentarem um futuro caracterizado pela incerteza.

Associtrus - Qual a sua visão da cadeia produtiva da citricultura?

Dr. Fernando – Minha visão é muito positiva. Acho que em determinados anos os produtores foram heróis enfrentando conjunturas



Opinião – Professor Fernando Homem de Mello faz suas observações a respeito do futuro da agropecuária e do agronegócio brasileiro.

econômicas desfavoráveis e nem sempre há uma aliança de interesses entre produtores e indústrias, o que gera um problema que deve ser encarado com cautela. Os produtores estão interessados em garantir uma remuneração positiva e os compradores nem sempre estão interessados em pagar preços maiores, por isso, às vezes, é necessária a intervenção do Mapa e, se for o caso, do Cade. A Associtrus e demais associações de produtores têm um papel importante, ou seja, ajudar profissionalmente os pequenos e médios produtores a se integrarem aos mercados nacional e internacional, dando à eles maiores condições de negociação.

Associtrus - Fique à vontade para demais considerações.

Dr. Fernando – Tenho uma grande preocupação com a taxa de câmbio. O suco de laranja tem preços definidos no mercado internacional e a taxa abaixo de R\$ 1,70 é preocupante não só para o setor fabricante como para o setor agropecuário e do agronegócio. O agropecuário tem a vantagem da crescente produtividade e dos favoráveis custos de produção, mas isto tem um limite.

Será que estamos a caminho de uma taxa de R\$ 1,50?

Tivemos um aumento de 0,5% na taxa Selic (de 10,75% para 11,25%) e isto, por si só, atrai capital estrangeiro e aponta para uma apreciação na taxa de câmbio na direção de R\$ 1,60. Com a previsão de chegarmos ao final do ano com uma taxa de juros de 12,25%, poderemos ter uma taxa de câmbio de R\$ 1,50 por isso precisamos continuar os investimentos em produtividade, já que só os aumentos de produtividade são capazes de reduzir os custos e compensar o câmbio cada vez mais apreciado. O produtor precisa arrumar uma maneira de fazer com que o suco seja cotado na Bolsa de Mercados Futuros em São Paulo, em reais, porque só assim ele conseguirá fazer uma operação no mercado futuro e ficar protegido contra a apreciação do câmbio.

IRRIGA 10 anos
SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO

Projeto • Venda • Instalação • Manutenção

Principais culturas que a Irriga atende:

- Café
- Cana-de-açúcar
- Citricos
- Fruticultura
- Hortaliças
- Pastagens
- Seringueiras
- Estufas
- Viveiros
- entre outras

www.irrigabauru.com.br

Rua Marcondes Salgado, 9-54 - Bauru/SP - Fone: (14) 3222-4334



Por
Jeferson da Rocha
Advogado, tributarista, integrante
da banca Felisberto Córdova Advogados

STJ confirma tese de que somente a Pessoa Jurídica é contribuinte do Salário Educação.

Precedente - em Recurso repetitivo – fortalece ação da Associtrus que busca afastar a exigibilidade do Salário Educação.

No dia 24 de Novembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça – STJ, em sede de Recurso Repetitivo, deu um importante passo na consolidação da vitória dos produtores rurais em juízo – incluindo os agremiados da Associtrus – ao pacificar, a unanimidade, o entendimento acerca do sujeito passivo do **Salário Educação**. Na ocasião, definiu o Egrégio sodalício (Informativo STJ):

“REPETITIVO. SALÁRIO-EDUCAÇÃO. SUJEITO PASSIVO. Em julgamento de recurso especial submetido ao regime do art. 543-C do CPC c/c a Res. n. 8/2008-STJ, a **Seção reiterou a orientação de que o sujeito passivo da contribuição para o salário-educação é a empresa**, assim entendida em seu conceito amplo – firma individual ou sociedade que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço, bem como qualquer entidade pública ou privada vinculada à Previdência Social, com ou sem fins lucrativos, excetuados os entes da administração direta –, nos termos do art. 15 da Lei n. 9.424/1996, regulamentado pelo Dec. n. 6.003/2006, e dos arts. 1º, § 5º, do DL n. 1.422/1975 (recepcionado pela CF/1988), 2º da CLT e 4º da Lei n. 3.807/1960, com redação dada pela Lei n. 5.890/1973.”

O tributo é uma contribuição social que incide a alíquota de 2,5%, sobre o total das remunerações pagas pelos empregadores aos seus funcionários, sendo recolhido mensalmente com as contribuições ao INSS (Guia GPS) sob a rubrica “*outras entidades*”. Sua receita, por sua vez, destina-se ao Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação - FNDE, porém, o sujeito passivo desta obrigação tributária, ou seja, a pessoa que a Lei e a Constituição definem como devedor da Contribuição é a Pessoa Jurídica (Empresa) e não os Produtores Rurais Pessoas Físicas como defende o Fisco.

A Associtrus, sabendo dessas irregularidades e visando desonerar os encargos tributários incidentes sobre a contratação de mão de obra de seus associados, vem

questionando em juízo a validade desta contribuição, isso desde o início do ano passado (ação aforada na Justiça Federal de Ribeirão Preto/SP, na mesma ocasião em que proposta a ação do Funrural). Na ação coletiva a entidade defende – com respaldo na Jurisprudência ora confirmada pelo STJ – que somente a Pessoa Jurídica (Empresa) é que deve recolher os 2,5% sobre a folha de salários, tributo que não pode, sob nenhuma justificativa, se estender as pessoas físicas.

Assim, a ação Coletiva proposta pela Associtrus, hoje concluída para Sentença, encontra na recente manifestação do STJ, por meio da Lei dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), representativos de controvérsia, um importante alicerce a consolidar seus objetivos (suspensão da exigibilidade do Salário Educação e repetição do indébito tributário, últimos 10 anos). Deste modo, a tese jurídica que a Associtrus sustenta está praticamente sumulada no STJ, sendo muito improvável que a União e o INSS (réus na ação coletiva proposta) consigam uma reversão para o caso.

O Acórdão do STJ, portanto, pacifica o entendimento sobre a questão para as demais instâncias que julgarem casos sobre o mesmo tema. **Isso significa que a nossa ação terá um trâmite mais rápido, uma vez que os eventuais Recursos da União – e mesmo os da Associtrus, se for o caso – serão julgados monocraticamente, ou seja, serão decididos por um único Desembargador Federal ou Ministro (pro-**

cedimento mais célere que um julgamento colegiado).

Tal como a Ação do Funrural que teve um desfecho favorável no STF, decisão que foi seguida pelos Juízes nas instâncias iniciais (como no caso da vitória da Associtrus no final do ano passado), a Ação do Salário Educação, com este julgamento repetitivo no STJ, possivelmente terá o mesmo desiderato, devendo ser confirmada a suspensão da cobrança e conseqüente devolução – aos que apresentarem as provas – do que foi recolhido indevidamente ao longo dos últimos dez anos.

Os Associados da Associtrus, inclusos nas ações ajuizadas, diante da consolidação da jurisprudência, já podem dar início a busca pelas Guias GPS pagas (como no modelo a seguir) aguardando, apenas, o momento de entregar as cópias dessas guias na Associação ou ao Jurídico (Advogado responsável JEFERSON DA ROCHA, Fones: 48-3025 2728 ou 48-9156 0636), para o processamento dos cálculos.

No mais é aguardar que a Justiça Federal de Ribeirão Preto acompanhe o precedente citado, confirmando, em seus julgados, o que o Superior Tribunal de Justiça consagrou no País e possibilitando, aos agremiados da Associtrus, a restituição do Salário Educação pago nos últimos 10 anos.

Modelo de Guia GPS (campo 9, valor outras entidades: Salário Educação 2,5% + Inkra 0,2%):

<p>SECRETARIA FEDERAL DO TRIBUTÁRIO UNIDADE DE FISCALIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E FISCALIAÇÃO SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E FISCALIAÇÃO</p> <p>GUIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - GPS</p> <p>1 - IDENTIFICAR O PAÍS: BRASIL - TRIBUTÁRIO</p>		<p>2 - CÓDIGO DE FISCALIZAÇÃO: 0000/0000</p> <p>3 - IDENTIFICAR O CPF: CPF da companhia</p> <p>4 - VALOR BRUTO: valor declarado dos empregados</p> <p>5 - VALOR INSS: 2,5% + 0,2%</p> <p>6 - VALOR INKRÁ: valor declarado dos empregados</p> <p>7 - VALOR TOTAL: valor declarado dos empregados</p> <p>8 - VALOR OUTRAS ENTIDADES: valor declarado dos empregados</p> <p>9 - VALOR TOTAL: valor declarado dos empregados</p>
---	--	--

O Código Florestal deve ser alterado? Sim.

Por
José Augusto Baldassari

O atual Código Florestal deve e precisa se modificar, sim!

O atual texto permite o desmatamento; o projeto, "Relatório Rebelo" o proíbe por 5 anos e depois disso, vincula a abertura de novas áreas ao resultado do zoneamento ecológico-econômico, zoneamento este que deverá ser executado TÉCNICAMENTE, sem ingerência política ou ideológica.

O problema legislativo não reside na Amazônia, onde há mais de 73% da área pública e destinada ao meio ambiente (UCs, terras indígenas, devolutas etc...), mas onde o progresso do país se fez, onde ele cresceu. Essa é a parte do território onde o projeto se concentra. Estudos, inclusive da WWF, mostram o efeito econômico da recomposição de áreas exploradas quanto a legislação permitida. Isso significaria algo em torno de 2/3 do PIB anual do país (1,5 trilhões de reais). Recompostas, tais áreas não produzirão emprego e renda, reduzindo o PIB anual em 76 bilhões e a arrecadação tributária entre 22 a 26 bilhões de reais por ano, eternamente. Nos próximos 30 anos a redução será entre 650 a 700 bilhões. Os municípios abaixo de 10 mil habitantes entrarão em colapso nesse contexto, à troco de nada!

A agropecuária é ponta de cadeia. A venda de serviços e produtos para ela produz riqueza aos demais setores dentro da matriz insumo-produto, (W.leontief), numa proporção de quase R\$2,00 para cada R\$1,00 da agropecuária.

Os empregos nas montadoras, petroquímicas, transportes, serviços etc...serão os primeiros a sofrer redução.

Por isso, a mudança não se destina a abrandar a abertura de novas áreas, mas evitar o colapso do que já existe desde o século passado. Não sairá de

graça. Haverá compensações de área dentro do mesmo bioma. O Estado poderá fazer as reservas coletivas para a criação de grandes áreas nativas.

O espaço das ciências foi garantido no projeto; o zoneamento ecológico-econômico, repito, feito tecnicamente sem viés político e/ou ideológico, o plano de bacias, dentre outros estudos, são expressamente citados.

Mesmo na pequena propriedade, onde há vegetação nativa, ela não poderá ser suprimida. Nesses casos, serão emitidas CRA – cotas de reserva ambiental, para compensação das exigências das propriedades maiores.

Pela atual legislação, apenas 25% do país poderia ser aproveitado para a agropecuária, aí incluso as terras degradadas. Busca-se apenas manter esse percentual em 40%, ou seja, mesmo com as mudanças, a legislação proibiria a abertura de aproximadamente 60% do território nacional. Onde falta o bom senso: na alteração ou na manutenção?

Ao longo do ano de 2010 foram realizadas 68 audiências públicas e inúmeras reuniões e palestras em todo o país onde se discutiu com a sociedade, os anacronismos embutidos no inaplicável Código Florestal, código este que se tornou ao longo dos anos, após inúmeras "modificações impostas", sem nenhuma discussão, um verdadeiro "frankstein" legal, para não falar arredondando nas 16.000 leis, portarias, normas e outros quejandos "legais" que tentam "proteger" o Meio Ambiente em nosso país. Basta usar um mínimo de bom senso e observar qual foi o resultado prático disto até o presente momento.

É justamente por isto que as necessárias reformas do Código Florestal devem ser feitas para que se tenha um ordenamento legal que possa ser posto em prática, o que não acontece com a atual formatação do código.

Quanto ao desastre ocorrido na região serrana do Estado do Rio de Janeiro e a colocação em manchete na FSP "Revisão do Código Florestal pode legalizar área de risco e ampliar chance de tragédia", nada mais longe da realidade, quem se der ao trabalho de ler o relatório do Dep. Aldo Rebelo, não achará em nenhum lugar esta colocação, há sim, colocações voltadas as ZONAS RURAIS utilizadas para a produção agropecuária, basta notar que cada cidade tem sua própria legislação de ocupação do solo urbano. Basta cumpri-lá e no caso de seu não cumprimento, que se responsabilize as autoridades incompetentes! Aliás, observo que nunca vi isto ocorrer.

Sabemos que o que ocorre em zonas urbanas é bem diferente do que acontece em zonas rurais, basta ver onde acontecem estes desastres.

É importante notar que autoridades variadas, ambientalistas em geral, daqui e do exterior, criam as maiores dificuldades para com o trabalho do produtor rural brasileiro quanto ao plantio técnico de culturas, por exemplo, o café, macieiras, parreiras em morros, o arroz em várzeas, como é feito à séculos em todo o mundo, porem o criminoso "plantio de seres humanos" nestes locais de sabido alto risco, à vista de todos, ano apos ano, catástrofe apos catástrofe, logo serão esquecidas por estas mesmas instituições, até que se repitam novamente. Hoje e cada vez mais, dado ao crescimento populacional, o grande problema ambiental do planeta está nas cidades e em seus entornos e não no campo.

Insisto que o Código Florestal precisa sim ser adaptado à realidade atual para que possa ser viabilizado e aplicado, e esta discussão deve ter um viés técnico e não emocional/político/ideológico como tentam fazer os contrários, "misturando" fatos totalmente distintos, como ocorreu agora.

Que se restabeleça a verdade e o bom senso, é o que pedimos.



Mudas e Projetos em Eucalipto
Atendemos todo o Brasil

Fone: (17) 3561-7300

www.ecolyptus.com.br
Sitio Santa Izabel – Novais – SP



X-5 Equipamentos de Proteção

Conheça o nosso lançamento
tratamento "Anti-Vetor"
Proteção Têxtil contra Insetos

- Aventais • Pernieiras para colheita
- Toucas tipo árabe • Luvas para colheita de laranja
- Conjuntos para aplicação de defensivos agrícolas • EPI's em geral

www.xcinco.com.br

(11) 3586-8700 / 2302-0435 / 2911-9609 / 2211-9070

Convocação



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES - ASSOCITRUS
CNPJ nº. 48.029.375/0001-00

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CITRICULTORES – ASSOCITRUS, no uso das atribuições que confere o artigo 21º e o item “b” do Artigo 55º do Estatuto Social, convoca os senhores associados para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **15 de Março de 2011**, na sede da entidade, na Rua Coronel Conrado Caldeira nº 391, Centro, nesta cidade de Bebedouro (SP), em primeira e única convocação às **9:00 horas**, com a presença de no mínimo 10 (dez) sócios, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Apresentação do Relatório da Diretoria Executiva;
 2. Apreciação da prestação de contas e Balanço Geral encerrado em **31/12/2010**;
 3. Apreciação da previsão orçamentária para o exercício em curso;
 4. Alterar as cotas de contribuição de sócios efetivos e o critério para sua distribuição;
 5. Outros assuntos de interesse da associação.
- Bebedouro (SP), 1 de Fevereiro de 2011.

FLÁVIO DE CARVALHO PINTO VIEGAS
Presidente

Operação Fanta, Cinco anos!

No dia 24 de janeiro “comemoramos” o quinto aniversário da Operação Fanta e até hoje a SDE (Secretaria de Defesa Econômica), do Ministério da Justiça, não concluiu as investigações que deverão ser encaminhadas ao CADE para julgamento. Graças ao poder econômico e político das indústrias a análise dos documentos não foi concluída e as indústrias pleiteiam um novo acordo para interromper as investigações e arquivar o processo. Embora o valor de uma eventual multa deva superar R\$2 bilhões (em valores de 2009), logo após a busca e apreensão houve uma tentativa de acordo pelo qual, mediante o pagamento de R\$100 milhões, os documentos apreendidos seriam devolvidos e o processo encerrado. O acordo foi inviabilizado graças à intervenção da Associtrus.

As perdas provocadas pelas indústrias aos citricultores ultrapassam US\$10 bilhões nestes últimos 20 anos. Hoje, a maioria dos produtores, altamente endividados, dependem da conclusão do processo para buscar uma indenização que lhes permita salvar parte de seu patrimônio já altamente comprometido pela queda de produtividade decorrente da ação do cartel.

Utilize produtos de qualidade e garanta o sucesso da sua lavoura.

Insumos
Defensivos, ferragens, fertilizantes, adubos foliares, sementes, farelos, quercias, fubá, milho-encamado, rações, produtos veterinários, sementes entre outros.

Máquinas e Implementos
Tratores Valtra, Implementos Agrícolas, peças genéricas Valtra para trator ou implemento, máquinas de pequeno porte, lubrificantes, filtros, ferramentas, pneus multinormas e muito mais.

Fone: (17) 3344 3000



"A Única Escada com Base Larga e Aprovada pelo IPT"

TESTADA E APROVADA PELO IPT

Escada Metálica para Colheita
3,50 metros (10 degraus) 10 Kg
4,50 metros (12 degraus) 12 Kg
5,50 metros (14 degraus) 14 Kg
6,50 metros (16 degraus) 16 Kg



CADIOLI
RUA JABOTICABAL, 388
JARDIM BUSCARDI
MATÃO - SP

Fone: (16) 3383 3830
cadioli@cadioli.com.br
www.cadioli.com.br



Caixas plásticas para:

- Ceasa
- Frutas, legumes e verduras
- Indústria e Comércio em geral
- Laticínios e Frigoríficos



Limeira/SP • Tel: (19) 3444 6591 / 7807 5895
contato@limaplas.com.br www.limaplas.com.br



AGRIFLORA
MUDAS FLORESTAIS

"Cultivando Vidas"

- ✓ Mudas Clonais de Eucalyptus sp. (diversas cultivares);
- ✓ Mudas seminais de Eucalyptus sp. (diversas espécies);
- ✓ Orientação técnica: Projetos, Plantios e Manutenção Florestal.

(RUBRUM) - SP 01308/2008

(16) 3322 6488

Rod. W. Lutz, km 273 • CP 309 • Cep 14.800-670 • Araraquara/SP
www.agriflora.com.br • contato@agriflora.com.br